

# **Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento**

Paulo Miguez

# 13

---

## **Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento**

---

PAULO MIGUEZ

## RESUMO

*O artigo, compreendendo a centralidade de que desfruta a cultura na circunstância contemporânea, particularmente por conta dos enlaces que estabelece com o campo da economia e de que resulta um significativo mercado global de bens e serviços simbólico-culturais, objetiva elencar os elementos que constituem potencialidades e desafios sugeridos por uma relação entre cultura, diversidade cultural e desenvolvimento, que, evitando uma compreensão balizada pelas teorias e modelos ancorados no reducionismo economicista que marcou, e ainda marca, grande parte das políticas de desenvolvimento, pretenda avançar na direção de um modelo sustentável de desenvolvimento.*

## ABSTRACT

*Covering the centrality that culture enjoys in current circumstances, particularly because of the links established with the economy and which results in a significant global market for cultural-symbolic goods and services, this article aims to list the elements that constitute potentialities and challenges suggested in a relationship between culture, cultural diversity and development, which intends to move towards a sustainable model for development, while avoiding an understanding of theories and models based on economic reductionism that marked, and still does, most development policies.*

## A CULTURA NA CIRCUNSTÂNCIA CONTEMPORÂNEA

A cultura ocupa um lugar de destaque na circunstância contemporânea. A rigor, contudo, tal afirmação caberia perfeitamente se referida a outros momentos históricos. Ao século passado, por exemplo, cuja caracterização seria por demais incompleta se não registrasse a explosão da cultura de massa e suas múltiplas imbricações. Ou, bem mais atrás ainda, às centúrias atravessadas pelo Renascimento, cujas revoluções nas artes e nas ciências, ao escancararem o mundo à intervenção do homem, refundaram a história do Ocidente.

Todavia, tal afirmação, referida ao contexto atual, comporta uma novidade que faz a diferença. Trata-se do fato de que, na cena contemporânea, a cultura transbordou os limites de seu campo específico. Ou seja, se a modernidade teve como um de seus traços mais marcantes a emergência do campo da cultura – o “espaço social de relações objectivas”, referido por Bourdieu (1989, p. 64) –, a contemporaneidade apresenta como uma de suas características mais importantes o fato de a cultura movimentar-se para além das fronteiras do campo cultural propriamente dito, alcançando, em força, outros campos da vida social.

É nessa perspectiva que, por exemplo, Stuart Hall utiliza a expressão “virada cultural” para dar conta do que considera “a enorme expansão de tudo o que está associado a ela [cultura], [...] e o seu papel constitutivo, hoje, em todos os aspectos da vida social” [Hall (1997, p. 1)], expansão que se qualifica tanto como substantiva, quando anota a crescente centralidade da cultura “nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidades e subjetividades”, quanto como epistemológica, ao chamar a atenção para a posição constitutiva da cultura “nas humanidades e ciências sociais de hoje e as modificações na teorização e na análise” do contemporâneo [Hall (1997, p. 21)].

Na mesma linha, raciocina, também, Albino Rubim, que, chamando a devida atenção para o fato de que o espraiamento da cultura na direção de outros campos da vida social não significa, em qualquer hipótese, seu desaparecimento como campo social específico, afirma que “Na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente” [Rubim (2007, p. 148)].

Ou seja, às tensões que historicamente balizaram as relações entre a cultura e a sociedade, agregam-se hoje, ampliando e

redefinindo tais relações, fenômenos e elementos – tais como as novas sociotecnologias da comunicação e da informação, interculturalidades, multiculturalidades, transculturalidades, hibridismos, espetacularização, turistização, localismos, globalismos, glocalismos – que, em seu conjunto, dão forma a uma miríade complexa e multifacetada de possibilidades e desafios em um jogo que é próprio do mundo.

Recorrendo à gramática das relações internacionais, pode-se dizer, portanto, que o lugar destacado de que desfruta a cultura no contexto contemporâneo sugere seu deslocamento do amplo leque das *low politics* (educação, saúde, emprego, segurança etc.) na direção das *high politics*, repertório com sua exclusiva e restrita agenda de temas considerados vitais para os Estados, como política exterior, comércio internacional, defesa e segurança.

É nessa direção que apontam, por exemplo, a premissa que informa o ponto de partida do relatório final do projeto *Pensamento Renovado de Integração*, capitaneado pelo Convênio Andrés Bello, instituição sediada na Colômbia e com atuação em muitos países latino-americanos, segundo a qual “[...] *el mundo en este siglo se contituirá no en torno a lo geopolítico, ni a lo geoeconómico, sino principalmente en torno a lo geocultural*” [Garretón (2003, p. 7)], e a afirmação da antropóloga Lourdes Arizpe de que “A cultura será sem dúvida uma das principais questões da sustentabilidade, do desenvolvimento e da governabilidade no século XXI” [Arizpe (2001, p. 13)].

Também na mesma direção, ainda que abandonando o espírito de promessa e adotando um perigoso tom de ameaça, comparece a criticada tese de Huntington (1997) sobre o “choque de civilizações”, segundo a qual, a fonte predominante dos conflitos internacionais deixará de ser de base ideológica ou econômica e passará a ser fundamentalmente cultural.

Aqui, no lugar central que ocupa hoje a cultura, a palavra-chave é, certamente, transversalidade. Ou seja, ao transitar

fora das fronteiras de seu campo singular e específico, a cultura estabelece enlaces com outras dimensões da vida em sociedade assumindo, como observa Stuart Hall,

uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais [Hall (1997, p. 2)].

Impõe-se, portanto, como sugere Farias (2008, p. 3, grifo nosso),

[...] como uma espécie de **fator transversal** em planos e graus diferenciados, atravessando a política, a economia e os domínios da administração e da gestão, mas também na religião, no campo jurídico e das tecnologias, das agências que definem as agendas desenvolvimentistas e entre outros setores.

Assim é que Eduardo Subirats, atento a esse fenômeno, embora destacando que a invasão desses vários domínios pela cultura obedeça a uma lógica não propriamente cultural, mas tão somente a ditames como objetividade, racionalidade e utilidade, reconhece que “toda a vida social parece convergir para o estímulo da inovação das formas e dos estilos como uma necessidade não só artística, mas, precisamente, vital” [Subirats (1989, p. 10)].

No entanto, ainda que por força desse seu caráter transversal, a cultura compareça de forma relevante em várias esferas da vida social, é nos enlaces com o campo da economia que, de forma mais acentuada, a cultura tem vindo a demandar a atenção do mundo científico-acadêmico, de instituições governamentais, de agências multilaterais, de bancos de desenvolvimento e de organizações não governamentais (ONGs).

A relação entre cultura e economia não é, obviamente, recente. Resulta do desenvolvimento capitalista e deve ser percebida a partir de dois momentos específicos. Em um primeiro momento, quando, entre os séculos XVIII e XIX, o capitalismo avança sobre a esfera da circulação dos bens culturais transfor-

mando-os em mercadorias. Ou seja, liberta das imposições históricas do mecenato e dos ditames da igreja católica, a cultura estabelece, a partir de então, uma relação direta com um público consumidor de seus produtos, os bens culturais, por meio de uma nova instância intermediadora, o mercado.

O segundo momento, a partir da metade dos “oitocentos”, quando o capitalismo ingressa em sua fase monopolista-oligopolista, corresponde à captura da cultura pela lógica mercantil-capitalista no exato instante de sua produção, ou seja, quando os bens culturais passam a ser concebidos já como mercadorias no ato mesmo de sua criação, portanto, como produtos destinados à troca e ao consumo no mercado. E é exatamente sobre esse processo de subsunção da cultura pelo capital que se debruçam Theodor Adorno e Max Horkheimer para desenvolverem a noção de “indústria cultural” [Adorno e Horkheimer (1997)], constructo teórico seminal que dá conta do fato de que a expansão das relações mercantis do tipo capitalista pelo conjunto da vida social alcançou, também, a cultura.

Rubim (2007) observa que a instalação da lógica de indústria cultural vai potencializar outro dos enlaces da cultura de extrema relevância para a caracterização da contemporaneidade. Trata-se da “tecnologização da cultura”, ou seja, da aplicação da tecnologia industrial à produção de bens simbólico-culturais, fenômeno possibilitado pelo desenvolvimento, em fins do século XIX, das técnicas de reprodução de textos, imagens e sons, processo magistralmente descrito por Walter Benjamin [Benjamin (1990)]. As novas linguagens artísticas daí decorrentes, como a fotografia e o cinema, abrem caminho para “a proliferação das mídias e, no seu rastro, das indústrias culturais” [Rubim (2007, p. 143)]. A partir de então, o público consumidor de cultura passa a ter a sua disposição, no mercado, uma cultura produzida industrialmente, pouco importando se subordinada ou não à lógica de indústria cultural, processo que cria a ambiência da cul-

tura midiática e, mais presentemente, desemboca no universo da cibercultura, este, fruto dos desenvolvimentos da tecnologia de base digital na última década do século passado.

O fato é que se a “mercantilização da cultura” já no século XIX pôs em movimento uma “economia das artes”, à entrada deste novo século, os bens e serviços simbólico-culturais dão corpo a uma “economia da cultura” que, constituída e consolidada ao longo do século passado, exhibe hoje um gigantesco mercado que é dominado por grandes conglomerados de produção e distribuição de conteúdos culturais, funciona em escala global e contabiliza cifras astronômicas.

Com efeito, os números e resultados apresentados pelo mercado da cultura impressionam a tal ponto, que alguns autores começam até a referir-se a ele como o setor quaternário da economia [Quintana (1990)]. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global, por exemplo, as estimativas do Banco Mundial apontam para uma participação do mercado da cultura por volta de, aproximadamente, 7%, e para uma taxa média de crescimento em torno de 10% para os próximos anos, [Promovendo... (2005)]. Já do ponto de vista do comércio internacional, é a UNESCO que, apoiada em dados da UNCTAD, estima um mercado para os produtos do mundo da cultura da ordem de US\$ 1,3 trilhão [UNESCO Institute (2005)].

Os números, entretanto, não perdem a grandiosidade quando o foco desloca-se da economia global para as economias nacionais, em que pesem as diferenças conceituais e metodológicas e suas implicações quanto à definição e mensuração do que constitui o setor da economia cultural. Observe-se, por exemplo, o caso dos Estados Unidos da América (EUA), país que controla a maior parte dos negócios do mercado cultural em todo o mundo. Aí, mesmo deixando de fora vários dos setores (parques temáticos, cassinos etc.) que conformam o que os norte-americanos definem como economia do entretenimento (a *entertainment economy*,



que europeus e japoneses costumam chamar de *Mickey Mouse economy*) e concentrando a atenção nos dados divulgados pela International Intellectual Property Alliance (IIPA) – instituição que congrega as chamadas *copyright industries*, i.e., as indústrias que produzem e/ou distribuem bens que se caracterizam fundamentalmente por incorporar propriedade intelectual (indústria editorial – livros, revistas, jornais e periódicos, impressos e eletrônicos –, do audiovisual – cinema, rádio, TV, DVDs etc. –, fonográfica e do *software* – aplicações para negócios e de entretenimento) –, os números revelados são absolutamente significativos. Segundo o relatório publicado em 2011 por essa instituição [IIPA (2011)], esse setor representou, em 2010, 11,1%, do PIB norte-americano, ou seja, US\$ 1,52 trilhão, valor equivalente a 72,0% do PIB brasileiro, que, em 2012, foi de US\$ 2,22 trilhões.

São, certamente, números como esses que legitimam a inclusão da cultura no seletivo grupo das *high politics* e justificam sua presença na agenda de organizações multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que, desde 1993, vem discutindo, no âmbito das negociações multilaterais sobre a liberalização do comércio internacional, a questão dos serviços audiovisuais, segmento do mercado cultural que representa negócios da ordem dos US\$ 450 bilhões em todo o mundo [ABPITV (2008?)].

Mas as relações entre cultura e economia não se esgotam na existência de um mercado de bens e serviços simbólico-culturais. É que, retomando a ideia de transbordamento, a cultura rompeu os limites do mercado (cultural) em que seus bens e serviços são produzidos e comercializados e alcançou outros mercados “culturalizando” suas mercadorias. Assim, à “mercantilização da cultura”, vem juntar-se, contemporaneamente, a “culturalização da mercadoria”, ou seja, um fenômeno que expressa a secundarização dos aspectos estritamente físico-técnicos em favor do crescente papel de elementos simbólicos (*design*, marca,

origem etc.), portanto, “densos de conteúdo cultural” [Rubim (2007, p. 145)], na determinação do valor das mercadorias.

Observa-se, por exemplo, que em inúmeros ramos da produção econômica clássica, das indústrias do vestuário e moveleira à indústria automobilística, artistas, estilistas e *designers* se tornaram trabalhadores fundamentais pelo que agregam de valor simbólico aos bens produzidos. Sobre esse aspecto da relação entre cultura e economia, Negri e Cocco afirmam que

O que é cultural no capitalismo globalizado das redes é o trabalho em geral. Ou seja, um trabalho que se torna intelectual, criativo, comunicativo – em uma palavra, imaterial. A cultura “gera valor” (como diz o “management”) porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida: estilos, preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo e até a produção de opinião pública. A mercadoria precisa ser dotada de valor cultural. O trabalho se torna, assim, ação cultural. O trabalho da cultura e na cultura se torna cada vez mais o paradigma da produção em seu conjunto [Negri e Cocco (2006, p. 3)].

Além de Antonio Negri e Giuseppe Cocco, para quem, hoje, “a cultura não tem só um expressivo peso econômico”, mas é a própria “economia como um todo [que] depende cada vez mais, em seu conjunto, das dimensões culturais” [Negri e Cocco (2006, p. 3)], outros autores têm destacado a importância que assumem na contemporaneidade os enlaces entre cultura e economia.

Frederic Jameson, por exemplo, para quem a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo contemporâneo, afirma que

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma fun-

ção estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo [Jameson (1997, p. 30)].

O geógrafo David Harvey, por seu turno, identifica nas singularidades culturais de uma região ou de um produto o componente fundamental à formação do que chama de “rendimento monopólico” contemporâneo, afirmando que

a idéia de “cultura” está cada vez mais entrelaçada com as tentativas de reafirmar tais poderes monopólicos, exatamente porque alegações de singularidade e autenticidade podem ser mais bem articuladas como afirmações culturais distintas e não duplicáveis [Harvey (2005, p. 149)].

Compreende-se, assim, a rigidez com que é tratada, atualmente, a questão da propriedade intelectual, seja no âmbito do direito autoral, que regula as criações artístico-culturais, seja no que diz respeito a suas outras modalidades, como marcas e patentes, uma forma contemporânea de “rendimento monopólico” de que se beneficiam tanto os grandes conglomerados que controlam as indústrias culturais quanto os oligopólios que dominam outros setores da produção de bens e serviços, a exemplo da indústria farmacêutica ou de desenvolvimento e produção de *software*. Ou seja, a defesa intransigente da propriedade intelectual empreendida pelos grandes conglomerados traduz a busca do capitalismo por novas fontes de privilégios monopolistas, neste caso, remetida à centralidade a que foram alçados os atributos culturais que passaram a ser crescentemente incorporados nas mais distintas mercadorias. Daí, certamente, a indagação de David Harvey:

Se alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade estão por trás da capacidade de captar rendimentos monopólicos, então em que melhor terreno é possível fazer tais alegações senão no campo dos artefatos e práticas culturais historicamente constituídos e das características ambientais especiais (inclusive os ambientes sociais e culturais construídos)? [Harvey (2005, p. 158)].

Yúdice (2004), em uma perspectiva ainda mais ampla, destaca uma nova condição prático-conceitual expressa por essa multiplicidade de enlaces estabelecidos pela cultura ao discutir a ideia de cultura como um “recurso” que é permanentemente acionado para a consecução de vários objetivos. Cultura como um “recurso” para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para estimular a geração de emprego e renda etc. “Recurso”, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento.

## A CULTURA E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O protagonismo da cultura na contemporaneidade alcançou também, por óbvio, a questão do desenvolvimento. Aqui, se por um lado a relevância contemporânea da conjunção cultura e desenvolvimento pode ser creditada ao processo de transbordamento da cultura de seu campo específico, por outro, o tecimento dessa conjunção resulta também das transformações experimentadas pela própria noção de desenvolvimento a partir da metade dos anos 1970.

Com efeito, a constatação de que o modelo de desenvolvimento vigente desde o pós-guerra, assentado exclusivamente em um viés economicista, deteriorara em grau extremo as condições ambientais no planeta e, por consequência, a compreensão de que o imperativo da sustentabilidade exigia um meio ambiente saudável levaram à mobilização da comunidade internacional na direção da adoção de um conjunto de medidas voltadas para frear a degradação ambiental e proteger a biodiversidade. Marco substantivo desse processo foi a publicação, em 1975, pela fundação sueca Dag Hammarskjöld, do relatório sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional intitulado “Que fazer”, documento que mobilizou os debates da VII Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, convocada, nesse mesmo ano, para discutir a nova ordem econômica

internacional e que se tornou um importante marco da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável ao estabelecer que o desenvolvimento deveria “ser **endógeno** por oposição ao mimético, **auto-confiante** e autônomo no processo decisório por oposição ao dependente”, operar “a partir da **lógica das necessidades** e não do mercado (da demanda efetiva)”, refletir “diretamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca, proceder **em harmonia com a natureza** e estar aberto ao **câmbio institucional**” [Sachs (2005, p. 155, grifos do autor)].

Nos anos 1990, a ideia de desenvolvimento experimenta nova e importante inflexão ao redefinir-se como

efetivação e universalização do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações de direitos – direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos como o direito ao meio ambiente, à infância, etc. [Sachs (2005, p. 155)].

Ou seja, observa-se que, ao longo das últimas décadas, a ideia de desenvolvimento vem procurando se distanciar do receituário que a identificava, sem mais, com a ideia de crescimento econômico. Enriquecendo-se e ganhando complexidade, o conceito de desenvolvimento tem buscado sua reinvenção em uma perspectiva pluridimensional,<sup>1</sup> que se quer, também, histórica, processual e transdisciplinar, e submetida, simultaneamente, ao duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica, em atenção à geração presente, e diacrônica, por conta do compromisso com as gerações futuras, um desenvolvimento que seja, portanto, conforme anota Ignacy Sachs, “(socialmente) **inclusivo**, (ambientalmente) **sustentável** [e] (economicamente) **sustentado**” [Sachs (2005, p. 155, grifos do autor)].

<sup>1</sup> O professor Ignacy Sachs sugere a expressão francesa “tout-développement” (desenvolvimento integral) que, segundo ele, é “uma maneira de reatar com uma belíssima definição do desenvolvimento proposta por Jacques Maritain e citada por Rubens Ricúpero na sua conferência “Raul Prebisch”, pronunciada na UNCTAD no dia 14 de setembro de 2004: “a promoção de todos os homens e do homem todo” (*tous les hommes et tout l’homme*) [Sachs (2005, p. 155)].

A aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais [UNESCO (2005)], em 2005, veio reforçar substantivamente o protagonismo contemporâneo da esfera cultural, gerando impactos bastante positivos para a conjunção cultura e desenvolvimento.

Registre-se que esse importante instrumento normativo internacional é o resultado de um processo de acumulação construído ao longo de mais de duas décadas de embates da cultura, em paralelo às transformações experimentadas no campo das teorias e políticas voltadas para a questão do desenvolvimento.

Nesse processo de aproximação da cultura à questão do desenvolvimento, um marco fundamental é a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – MONDIACULT, realizada em 1982, sob a égide da UNESCO, na Cidade do México.<sup>2</sup> Tomando como base uma compreensão ampliada de cultura, portanto, cultura como

*el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social” e que engloba, além “de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias* [UNESCO (1982)],

a conferência, em sua declaração final, esboça os primeiros contornos da compreensão acerca da relação entre cultura e desenvolvimento, afirmando, categoricamente, que a “*cultura constituye una dimensión fundamental del proceso de desarrollo*” e que o “*hombre es el principio y el fin del desarrollo*”, cabendo às políticas culturais o dever de “*rescatar el sentido profundo y humano del desarrollo*” [UNESCO (1982)].

<sup>2</sup> A realização da MONDIACULT, em 1982, representa o culminar de um processo iniciado em 1968, quando a UNESCO, em sua 15ª Conferência Geral, aprovou uma resolução convocando a 1ª Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, reunião que teve lugar em 1970, em Veneza. A seguir a esta, foram realizadas várias conferências regionais sobre o mesmo tema: EURO CULT (Helsínque, 1972); ASIACULT (Jacarta, 1973); AFRICACULT (Accra, 1975); AMERICACULT (Bogotá, 1978); e ARAB CULT (Bagdá, 1981) [Kauark (2009)].

É interessante observar que, ao tratar do que chamou de *"dimensión cultural del desarrollo"*, o documento expressa uma sintonia fina com os debates que então ocupavam o terreno das teorias e políticas dedicadas à questão do desenvolvimento. Ou seja, recusando o viés economicista, ao chamar atenção para o fato de que o objetivo do desenvolvimento *"no es la producción, la ganancia o el consumo per se, sino su plena realización individual y colectiva, y la preservación de la naturaleza"*, o documento aponta para a necessidade de uma redefinição da noção de desenvolvimento como um processo equilibrado, alertando que uma mudança dessa envergadura só será possível na medida em que *"los factores culturales"* passem a integrar as estratégias de desenvolvimento e que tais estratégias tenham em conta *"la dimensión histórica, social y cultural de cada sociedad"* [UNESCO (1982)].

Em janeiro de 1988, na esteira das formulações aprovadas pela MONDIACULT, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997). De acordo com Javier Pérez de Cuéllar, então Secretário-Geral das Nações Unidas, o móvel dessa importante iniciativa se deveu à compreensão de que

os esforços em favor do desenvolvimento haviam muitas vezes fracassado "porque a importância do fator humano – a teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existente no centro de toda cultura – fora subestimada em muitos projetos de desenvolvimento" [Relatório... (1997, p. 9)].

Simultaneamente ao lançamento da Década, é criada a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que, coordenada diretamente por Pérez de Cuéllar, conta, entre outros renomados intelectuais, com a presença de Claude Lévi-Strauss e Celso Furtado. Do trabalho da Comissão resulta um relatório intitulado *"Nossa Diversidade Criadora"*, publicado em 1996, que na mesma linha das reflexões iniciadas, em 1982, no México, reafirma

a ideia de que “O desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma” [Relatório... (1997, p. 21)], o qual defende a tese de que

o desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Em uma palavra, o desabrochar da existência humana em suas várias formas [Relatório... (1997, p. 21)]

e formula uma agenda internacional com o propósito de mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento.

Encerrada a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural e na sequência da publicação do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, a UNESCO realiza, em 1998, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, cujo plano de ação, focado em cinco pontos, reforça o papel das políticas culturais nas estratégias de desenvolvimento e afirma a necessidade de proteção e promoção da diversidade das culturas [Kauark (2009)].

Mas o processo que desemboca na aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005, pela UNESCO, ainda que largamente tributário tanto dos câmbios experimentados pela noção de desenvolvimento quanto da acumulação político-institucional e conceitual envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento, não pode ser integralmente compreendido sem que sejam referidas as negociações multilaterais sobre comércio internacional da “Rodada Uruguai” do General Agreement on Trade and Tariffs (GATT), entre os anos 1980 e início da década seguinte, quando a Comunidade Europeia, sob forte impulso da França e com apoio do Canadá, obtém êxito na defesa da tese da “exceção cultural”, o que permitiu a retirada dos serviços audiovisuais da alçada dos acordos de livre comércio e a homologação do direito dos países



à implementação de políticas nacionais de fomento à produção audiovisual.

Os embates sobre a questão da “exceção cultural”, tema especialmente caro aos franceses desde o fim da II Guerra Mundial [Mattelart (2005)], foram travados entre a posição norte-americana,<sup>3</sup> que advogava a proibição de qualquer forma de proteção nacional (subsídios à produção, cotas de telas, barreiras alfandegárias etc.) ao cinema e a outros serviços audiovisuais sob o argumento de serem eles formas de entretenimento de base industrial – e, portanto, absolutamente iguais a carros, sabonetes etc. – e a posição da Comunidade Europeia e do Canadá, que entendia que, tais serviços, por conta de sua dimensão cultural, deveriam ser objeto de um tratamento de “exceção”, ou seja, deveriam ser objeto de políticas culturais nacionais de apoio a sua produção.

Sinal da presença da cultura no universo restrito das *high politics* pela via da agenda sobre comércio internacional, o debate sobre a “exceção cultural”, que ampliado política e conceitualmente vai dar lugar, na sequência, à tese da diversidade cultural, tem, na opinião de Divina Frau-Meigs, um caráter estrategicamente emblemático. Segundo essa estudiosa,

*El debate sobre la “excepción cultural” es una de las primeras crisis de la posguerra fría que pone a prueba la alianza entre los países de la esfera atlántica. Quizás sea eso lo que la hará pasar a la historia. Y es que, en efecto, la posguerra fría no puso en cuestión el poder político, estratégico y militar de los Estados Unidos; sin embargo, las tentativas de resistencia a la dominación norteamericana se dibujan en el eje diplomático y en el eje sociocultural. La excepción cultural constituye un ejemplo de ello: se trata de*

<sup>3</sup> A defesa da aplicação dos princípios livre-cambistas aos bens e serviços simbólico-culturais pelos EUA, tenazmente defendida durante as negociações da “Rodada Uruguai”, continuou a ser esgrimida durante o processo de negociação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, levando a que a delegação norte-americana votasse contra a aprovação do documento final aprovado em outubro de 2005.

*una estrategia de resistencia contenida, menos contra una América conquistadora que contra una América seductora, la América del síndrome HHMS, "Harvard and Hollywood, McDonald's and Microsoft Syndrome" (Joffe). Es la primera conflagración de tamaño natural entre la idea de mundialización y la de americanización [Frau-Meigs (2006, p. 4)].*

Certamente impulsionada por fatos como esses, a discussão sobre a adoção de um marco normativo internacional que acolhesse o repertório de questões envolvendo a diversidade cultural e sua incontornável imbricação com temas como políticas culturais e desenvolvimento ganhou força e velocidade a partir do ano 2000.

Em 2001, a demanda por tal instrumento aparece nos documentos finais da reunião da Rede Internacional sobre Política Cultural (RIPC), liderada pelo Canadá e formada, então, por mais de sessenta países. No ano seguinte, a 31ª Conferência Geral da UNESCO aprova a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural [UNESCO (2001)]. Fora do âmbito estritamente cultural, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), na edição de 2004, adota como tema-título de seu Relatório do Desenvolvimento Humano, "Liberdade Cultural num Mundo Diversificado". Em outubro de 2005, em Paris, o processo é coroado com a aprovação,<sup>4</sup> pela 33ª Conferência Geral da UNESCO, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais [UNESCO (2005)].

Entre as várias questões tratadas em seus 35 artigos, devem ser registradas, em especial: a compreensão da dupla natureza dos bens e serviços culturais, portanto, tanto sua dimensão simbólica quanto econômica; o reconhecimento do direito soberano dos estados de aplicarem políticas culturais destinadas a pro-

<sup>4</sup> A Convenção foi aprovada com 148 votos a favor, dois contra (dos Estados Unidos e de Israel) e quatro abstenções (da Austrália, Honduras, Nicarágua e Libéria). Deve ser ressaltado o papel desempenhado ao longo do processo pelo então Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, no convencimento de países que relutavam em votar pela aprovação da Convenção.

toger e promover suas indústrias culturais; o entendimento de que a Convenção não deve incluir compromissos adicionais em termos de propriedade intelectual nem deve estar subordinada a outros instrumentos internacionais (por exemplo, normas da área de comércio internacional ou de regulação da propriedade intelectual); a compreensão de que a diversidade cultural necessita de mecanismos internacionais de cooperação, incluindo os financeiros; a demanda por um equilíbrio nas trocas internacionais de bens e serviços culturais; e o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais sobre seus conhecimentos – repertório de questões que, por óbvio, dialoga intensamente com o tema do desenvolvimento.

### **POR UMA PERSPECTIVA SUBSTANTIVA PARA A RELAÇÃO CULTURA, DESENVOLVIMENTO E DIVERSIDADE CULTURAL**

Cabe agora uma indagação: qual o significado da relação entre cultura, diversidade cultural e desenvolvimento?

Certamente, de pouco interessa a essa relação, ao que ela encerra em relação a boas e novas promessas, uma compreensão balizada pelas teorias e modelos ancorados no reducionismo economicista que marcou, e ainda marca, grande parte das políticas de desenvolvimento. Aqui, evidentemente, a sedução não é pequena. Afinal, se está diante de um setor econômico, o da produção cultural, que dá forma a um mercado de bens e serviços que se caracteriza por sua escala global, pela presença de gigantescos conglomerados de produção e distribuição de conteúdos culturais, por seu extremo poder de fogo, tanto econômico quanto político-ideológico, e por números que, como já anotado, traduzem uma geração de riqueza material de grande magnitude. No entanto, se for esse o caminho a trilhar o que se verá é tão somente uma mudança do paradigma econômico-produtivo que, historicamente, vem dando sustentação ao de-

envolvimento de viés economicista. Sairia de cena a produção industrial clássica, com suas chaminés, entraria, em seu lugar, a produção de bens e serviços simbólico-culturais.

É evidente, contudo, que as imensas possibilidades econômicas presentes no campo da cultura não podem ser esquecidas pelas políticas de desenvolvimento. Entretanto, o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode ser compreendido e operacionalizado por políticas dedicadas ao desenvolvimento sem que se tenha como referência uma visão da cultura como dimensão constitutiva da vida social, sua usina geradora de riquezas simbólicas.

Ou seja, não se pode, tão somente, buscar o desenvolvimento tendo como eixo principal o crescimento econômico, nesse caso, assentado no estímulo às atividades produtivas ligadas à cultura. Muito menos deve ser a cultura tomada como um simples “catalisador” do desenvolvimento, como sugere James Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial [Yúdice (2004, p. 30)]. Aqui, vale lembrar a advertência feita pelo Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento: a cultura

[...] não pode, em última instância, ser reduzida à posição subsidiária de mera promotora (ou freio) do desenvolvimento econômico. O papel da cultura não se esgota no de servir certas finalidades [...]; constitui, de forma mais ampla, o fundamento social das próprias finalidades. O desenvolvimento e a economia são, pois, aspectos da cultura de um povo [Relatório... (1997, p. 21-22)].

Todavia, não deve haver dúvidas quanto à magnitude dos desafios que decorrem da imbricação entre cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. Em primeiro lugar, por tratar-se de um diálogo absolutamente desafiador entre o domínio do simbólico, constitutivo da sociedade humana e esfera em que trafega a cultura, e o domínio da racionalidade, ao qual pertence a ideia de desenvolvimento, portanto uma noção que é

datada historicamente, não sendo constitutiva da sociedade [Ortiz (2008)]. Em segundo lugar, por não serem poucas as dificuldades que a relação encerra: os “purismos ideológicos” e as posturas românticas que costumam frequentar o campo da cultura; o economicismo que ainda reina em força nas teorias e políticas do desenvolvimento; a incipiência do campo cultural no que concerne a seus números, indicadores e estatísticas; as barreiras disciplinares que ainda atrasam o avanço do conhecimento quanto aos enlaces contemporâneos da cultura.

Mas também não cabem dúvidas quanto ao fato de que a Convenção da UNESCO, assumindo como sua premissa básica a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade, sugere possibilidades para a relação cultura, diversidade cultural e desenvolvimento que, simultaneamente, tanto atendem ao imperativo de proteção demandado pela memória coletiva construída ao longo da história com a contribuição de todos os povos do mundo quanto avançam na compreensão de que tal riqueza exige políticas de promoção capazes de garantir-lhe um lugar estratégico no desenvolvimento das sociedades, uma vez que sinaliza, como apontado mais atrás, a dupla determinação, simbólica e econômica, dos bens culturais.

José Márcio de Barros, atento a essas possibilidades, e lembrando, contudo, que a relação entre cultura, diversidade e desenvolvimento “não pode ser encarada como uma questão imediata, linear e natural”, propõe, inspirado nas formulações de Edgar Morin sobre o “pensamento complexo”, uma articulação que parte do “reconhecimento do aspecto processual e dinâmico das idéias e das práticas contidas em cada um dos termos” [Barros (2008, p. 15-16)].

Para esse estudioso, o ponto de partida da articulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento deve ser o reconhecimento de que a cultura expressa três dimensões básicas e complementares que são, necessariamente, indissociáveis: “sua dimensão

humanizadora e educativa, sua dimensão coletiva e política, sua dimensão produtiva e econômica” [Barros (2008, p. 18)].

Em segundo lugar, e como forma de superar o romantismo ingênuo que desperta a ideia de diversidade cultural e o inócuo celebracionismo com que (ainda) é recebida a aprovação da convenção da UNESCO, Barros (2008, p. 18) sugere que se reconheça a diversidade cultural não como um “mosaico harmônico”, mas sim como um “conjunto de opostos, divergentes e contraditórios”, exatamente por conta de ser, a diversidade cultural, “cultural e não natural”, portanto, resultado dos jogos e trocas que sujeitos individuais e coletivos realizam com base em suas diferenças e, também, em suas desigualdades e tensões. Aqui, a perspectiva proposta por Barros (2008) é que a questão da diversidade cultural deixe de ser tão somente uma constatação antropológica a exigir um inventário de formas e manifestações culturais e se constitua, já agora por conta das possibilidades abertas pela Convenção da UNESCO, como uma resposta e um projeto efetivo.

A seguir, José Márcio Barros debruça-se sobre o terceiro dos termos da conjunção, o desenvolvimento (“humano”, acrescenta o autor), procurando identificar o lugar que aí cabe à cultura e sua diversidade de expressões. Partindo da compreensão de que ao “desenvolvimento humano sustentável” é indispensável a articulação equilibrada dos quatro tipos de capital presentes em uma sociedade, em um país ou em uma comunidade – o capital natural, formado pelos recursos naturais disponíveis; o capital construído, gerado pela intervenção humana; o capital humano, determinado pelas condições de vida da população ligadas à alimentação, à saúde e à educação; e o capital social, formado pelos valores e atitudes compartilhados que dão sustentação às relações de confiança e de cooperação entre os atores sociais –, Barros (2008) conclui, acertadamente, que a cultura se revela como protagonista do processo de desenvolvimento posto que

sua presença é fundamental ao acionamento das quatro modalidades de capital, particularmente no que concerne ao capital social, ao qual a cultura, com sua rica diversidade de repertórios, oferece-se como o território privilegiado dos jogos identitários, da modelagem dos comportamentos e da construção dos valores de uma sociedade.

Daí que a cultura deva ser assumida não como mais uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento – como “catalisadora” do desenvolvimento, como propõe o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn – mas, sim, como a própria argamassa dos pactos celebrados entre os vários atores sociais que servem de lastro legitimador das políticas de desenvolvimento, portanto, como o elemento-chave que deve marcar presença em todos os centros de decisão governamental, cortando, de maneira transversal, o conjunto das políticas públicas que se ocupam do desenvolvimento.

Juntando os termos cultura, diversidade cultural e desenvolvimento, na perspectiva aqui apresentada, obtém-se uma equação que se organiza como possibilidade de um devir marcado por um “crescimento autossustentado” que articula passado, presente e futuro de maneira diacrônica e transformadora; que tenha a capacidade de harmonizar a dimensão simbólica e a lógica de mercado com um sentido mais afeito às trocas e à cooperação e colaboração e menos aos objetivos da acumulação de riquezas; que realize a interação entre patrimônio natural e patrimônio cultural; e que aponte para um ideal de pluralismo cultural, portanto, para uma sociedade que, assegurando o direito à diferença, impeça que esta se traduza em desigualdades.

Portanto, uma relação entre cultura, diversidade cultural e desenvolvimento que pretenda avançar na direção de um modelo sustentável de desenvolvimento torna imperativa a necessidade da criação de condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais e a promoção da inclusão, simultanea-

mente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores. É o caso, aqui, de compreender, como sugeriu o professor Celso Furtado, que uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” [Furtado (1984, p. 32)] das sociedades. É o caso, assim, da necessidade de recusar-se, firmemente, a adoção de uma visão meramente instrumental da relação entre cultura e desenvolvimento, cuja tendência é reforçar e proteger os interesses dos agentes culturais já estabelecidos (os grandes conglomerados das indústrias culturais), em favor do acionamento das oportunidades que se abrem quanto à expansão do espaço de criação e de circulação de manifestações culturais, com evidentes ganhos econômicos, mas, também, com ganhos propriamente culturais, com a produção e a circulação ampliadas de repertórios simbólicos capazes de oferecer alternativas às produções simbólicas dominantes, incluindo-se aí diferentes modelos de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ABPITV – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORAS INDEPENDENTES DE TELEVISÃO. *Apresentação – conteúdo audiovisual no mundo e no Brasil*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.telebrasil.org.br/painel/52/palestras/7/fernando-de-souza-dias.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2009.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 254 p.
- ARIZPE, L. (org.). *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO, 2001. 320 p.
- BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-23.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutividade técnica. In: LIMA, L. C. (org.). *Teoria da cultura de massa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 209-240.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e *campo*. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73. (Memória e Sociedade).



CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 385 p.

CUÉLLAR, J. P. (org.). *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO. Nossa diversidade criadora*. Campinas: Papirus; Brasília: UNESCO, 1997. 416 p.

FARIAS, E. Culturas na dinâmica da economia simbólica: um estudo sobre a Fazenda Machadinho em Quissamã. *Latitude*, Maceió, v. 2, n. 1, p. 44-63, 2008.

FRAU-MEIGS, D. "Excepción cultural", políticas nacionales y mundialización: factores de democratización y de promoción de lo contemporáneo. *Quaderns del CAC*, n. 14, sep.-dic. 2002. Edição especial: Globalización, industria audiovisual y diversidad cultural. Disponível em: <<http://www.audiovisualcat.net/publicaciones/Q14franca.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2006.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128 p.

GARRETÓN, M. A. (org.). *El espacio cultural latinoamericano. Bases para una política cultural de integración*. Santiago: Fondo de Cultura Económica/Convénio Andrés Bello, 2003.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul.-dez. 1997.

HARVEY, D. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 139-171.

HUNTINGTON, S. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.

IIPA – INTERNATIONAL INTELLECTUAL PROPERTY ALLIANCE. *Copyright industries in the U.S. economy: the 2011 report*. Washington D.C., International Intellectual Property Alliance, 2011. Disponível em: <[http://www.iipa.com/copyright\\_us\\_economy.html](http://www.iipa.com/copyright_us_economy.html)>. Acesso em: 20 out. 2013.

JAMESON, F. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. 431 p.

KAUARK, G. *Oportuna diversidade: a participação do Ministério da cultura do Brasil durante a negociação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, 187 p.

MATTELART, A. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 168 p.

NEGRI, A.; COCCO, G. O monstro e o poeta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 3 mar. 2006. Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0303200609.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

ORTIZ, R. Cultura e desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/index>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Mensagem, 2005. 286 p.

PROMOVENDO A ECONOMIA CRIATIVA – RUMO AO CENTRO INTERNACIONAL DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS (CIIC). Salvador, 2005. *Apresentações...* Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/foruns\\_de\\_cultura/economia\\_da\\_cultura/industrias\\_criativas/index.html](http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/economia_da_cultura/industrias_criativas/index.html)>. Acesso em: 23 jan. 2007.

QUINTANA, I. Políticas culturales en las grandes ciudades. In: BORJA, J. et al. (org.). *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid: Editorial Sistema, 1990. p. 521-548.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. *Teorias e políticas da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2007. Parte 2, Conformações da cultura contemporânea, p. 140-148.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 33, p. 151-165, abr.-jun. 2005.

SUBIRATS, E. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989. 157 p.

UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *Declaración de México sobre las Políticas Culturales*. Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales. México D.F., 26 jul.-6 ago. 1982. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/11295424031mexico\\_sp.pdf/mexico\\_sp.pdf](http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/11295424031mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2006.

\_\_\_\_\_. *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural*. Adoptada por la 31ª Reunión de la Conferencia General de la UNESCO. París, 2 nov. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2006.

\_\_\_\_\_. *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales*. Aprobada por la 33ª Reunión de la Conferencia General de la UNESCO. París, 20 oct. 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919s.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2006.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. *International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003: defining and capturing the flows of global cultural trade*. UIS, Montreal, 2005. 99 p.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura – usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615 p.